RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CENÁRIO ECONÔMICO - O ano de 2022 foi um ano difícil para a economia mundial. Os preços subiram muito rapidamente, em parte pela guerra na Ucrânia e em parte ainda pelos efeitos econômicos da pandemia dos anos anteriores. Muitos países elevaram rapidamente suas taxas de juros, o que comprometeu o seu crescimento econômico. As pressões inflacionárias que já estavam presentes quando a economia global emergiu da pandemia foram severamente agravadas pela guerra. Isso impulsionou ainda mais o aumento dos preços da energia e dos alimentos, que ameaçam os padrões de vida das pessoas em todo o mundo. Altamente dependente do gás vindo da Rússia, a Europa sofreu com os cortes de abastecimento usados como retaliação às sanções impostas ao regime de Putin. Os preços de energia e alimentos avançaram em todo o mundo, pressionando índices de inflação e levando bancos centrais a elevar a carga de juros. Nesse contexto, a economia dos Estados Unidos teve um crescimento de 2,1% (2021: cresceu de 5,7%), a da China cresceu 3% (2021: 8,1%), a Zona do Euro cresceu 3,5% (2021: cresceu de 5,2%) e a Índia cresceu 4,4% (2021: cresceu de 5,4%). Os efeitos da guerra tiveram impacto direto na perda de impulso do PIB global, após o ensaio de recuperação com o recuo da pandemia. E os riscos negativos podem piorar caso a recuperação da China atrase um pouco mais e Europa e Estados Unidos atinjam algum grau de recessão por um tempo maior que o esperado. No mercado Brasileiro, PIB de 2,9% de crescimento em 2022 (2021: 5%), o setor de serviços foi o maior responsável pelo crescimento. Além de ser o setor de maior peso, foi o que mais cresceu, o que demonstra como foi alta a sua contribuição na economia no ano. Pela ótica da demanda, o consumo das famílias foi o grande motor da economia, com alta de 4,3% no ano. Esse foi mais um número alavancado pelo efeito reabertura, após a liberação das atividades impactadas pela pandemia de Covid-19. A produção industrial fechou 2022 com um crescimento de 1,6% (2021: 4,6%). O dólar fechou 2022 cotado a R$ 5,22 (2021: R$ 5,58). O nível de inflação medido pelo IPCA, que fechou o ano em 5,78% (2021: 10,06%) e o aumento da taxa de juros Selic aos 13,75% (2021: 9,25%). O Brasil foi uma das primeiras economias a começar a elevar os juros no começo de 2021. As taxas de juros mais altas ajudam a conter a inflação. A queda da inflação também é atribuída à redução de impostos sobre os preços administrados. O barril de petróleo teve aumento do preço ao longo do ano e fechou cotado a US$ 82,8/barril (2021: US$ 70,4/barril). O resultado de 2022 mostra uma desaceleração da economia em relação ao ano anterior. A produção de LAB atingiu 196,8 mil toneladas, inferior ao ano anterior em 6,5%, enquanto a de LABSA atingiu 81 mil toneladas, superior ao ano anterior em 1,2%. Tais volumes permitiram o pleno atendimento do mercado e a manutenção dos níveis adequados dos estoques. Em 2022, também se obteve bons resultados em termos de economia de energia e de matérias-primas, como resultado da busca contínua pela melhoria do desempenho operacional, visando à otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica, gás natural e água). **VENDAS -** Em 2022 a Companhia obteve diminuição em relação ao ano anterior, nos volumes de vendas de LAB e LABSA, expressos em LAB equivalente: no mercado interno 176.556 t (2021: 183.997 t), decréscimo de 4,4% devido à crise econômica e no mercado externo 24.144 t (2021: 21.512 t), acréscimo de 12,24% por maiores vendas *spots*; totalizando 200.701 t (2021: 205.509 t), decréscimo de 2,3%. **DESEMPENHO -** O faturamento bruto de R$ 3.346,7 milhões foi maior em 22,4% (2021: R$ 2.733,4 milhões), em função dos maiores preços de vendas como consequência do aumento dos preços das matérias primas e do aumento do dólar. O lucro líquido atingiu R$ 327,6 milhões, inferior ao obtido em 2021 (R$ 488,9 milhões) em 33%, em decorrência da provisão contábil (R$ 313,2 milhões) relativa ao processo judicial que discute a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF de 08 de fevereiro de 2023 e o Ofício Circular da CVM nº 1/2023/CVM/SNC/SEP (nota explicativa 15 "b"). **GESTÃO CORPORATIVA -** Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade estarão descritos no Balanço Social, publicado em sequência. A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias d'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2022.

BALANÇO SOCIAL 2022

INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO - Em mais um ano atípico e cheio de desafios, a DETEN não realizou demissões em função da pandemia nem reduziu jornadas, com consequente redução de remuneração. Manteve, dentro do possível, seus programas de incentivo à saúde e bem-estar de sua força de trabalho, como: alimentação balanceada e também uma opção *light* para empregados, estagiários e terceiros, transporte em ônibus climatizados (com redução da capacidade de lotação para 50% dos lugares disponíveis), assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes, auxílio academia, programa de ginástica e ergonomia, vacinação contra gripe, apoio ao Grupo de Corridas e apoio ao Grêmio Esportivo Deten, além de clube social e convênios. Para o desenvolvimento do empregado, a DETEN mantém um programa de Educação e Treinamento (com investimento de R$ 360 mil em 2022). Nesse ano, todos os treinamentos foram realizados, alguns de forma presencial, e outros de maneira virtual, obedecendo a todos os protocolos de segurança, higiene e distanciamento social, em função da Covid.19, para salvaguardar a nossa força de trabalho. A Empresa manteve estágio remunerado para técnicos e universitários (4,89% do quadro de pessoal), além do programa de Oficina de Ideias/Inovações, que em 2022 premiou 4 empregados. Ainda em 2022, a DETEN manteve sua prática de pagar bonificação aos seus empregados, na forma de Participação nos Lucros e Resultados – PLR. Em 2022, a DIRETORIA DETEN promoveu para todos os empregados/estagiários/terceiros seu tradicional evento de Reconhecimentos e Premiações. Na oportunidade, foram reconhecidos e premiados os homenageados por Tempo de Serviço, Premiações por ideias/inovações, entre outros destaques. Além de reconhecer os vencedores do 1º Chemie Awards, indicados pelos colegas como referência no ambiente de trabalho, pela empatia, trabalho em equipe, perseverança ou comprometimento. **INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA, SAÚDE, HIGIENE E MEIO AMBIENTE (SSHMA) -** A DETEN tem como principal valor a Segurança, o que se reflete em seus resultados, mantendo-se como destaque no segmento químico/petroquímico. Em 2022 foram investidos mais de R$ 6,7 milhões em projetos e equipamentos para melhorias de SSHMA na Deten. A DETEN mantém continuamente seu foco em prevenção de acidentes e incidentes, o que se reflete em seus indicadores, com taxas de frequência abaixo da média das empresas do segmento em que atua. Assim, segue praticando os seguintes programas, Segurança Fora do Trabalho, *Safety Walk* e *Housekeeping*. Também desenvolve ações ambientais, visando a redução dos consumos dos recursos naturais, através do Programa Efluente Zero (PEZ), ações para o Dia Mundial da Água e Oficina de Saúde e Meio Ambiente (20º ano). Em 2022, a DETEN teve destaque em alguns objetivos e metas ambientais propostos para o ano: "redução contínua das emissões fugitivas (aproximadamente 6 mil pontos medidos na fonte), ações preventivas para proteção do solo e da água, além da promoção de sustentabilidade e governança corporativa através dos programas socioambientais". **RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES -** No ano de 2022, demos continuidade no Fórum de Suprimentos do Complexo Industrial de Camaçari, com o objetivo de melhorar ainda mais a Competitividade, Capacidade de Fornecimento e Qualidade dos produtos e serviços dos fornecedores. Além disso, a Deten continua no Programa de Qualificação das Transportadoras com uma parceria com IEL/FIEB. Com a implantação deste Programa, com nossos produtos serão transportados nas rodovias com mais segurança e qualidade. A Deten entende que este tipo de ação fortalece as alianças com seus fornecedores, sejam de bens ou de serviços, através das melhorias contínuas, para ambos. A avaliação final dos nossos Fornecedores de Produtos e Prestadores de Serviços foi de 8,5. Baseado nos seguintes critérios: Avaliação Comercial e Técnica, Qualidade, Execução dos serviços, Segurança, Higiene e Meio Ambiente, Inovação, Responsabilidade Corporativa, Ética, Comunicação, Gestão de Contratos, Segurança Empresarial, entre outros. **SUPPLY CHAIN -** A DETEN manteve em operação, em parceria com a Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, uma dutovia de 43 km de extensão para o transporte de sua principal matéria-prima, a normal-parafina, não utilizando o modal rodoviário. Desta forma, temos a transferência em circuito 100% fechado, aumentando os níveis de segurança e com zero impacto ao meio ambiente. Adicionalmente, a DETEN fez uma série de ajustes em suas operações de expedição, além da aprovação de um projeto cujo objetivo é tornar a expedição e o carregamento mais seguro e moderno, diminuindo ainda mais a exposição de seus operadores e assegurando a demanda crescente por nossos produtos. **DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO - Programa Coleta Seletiva**: Doação do valor arrecadado com a venda de sucatas metálicas e óleos lubrificantes usados, por meio do Cheque Verde. Em 2022, foram arrecadados R$ 29.502,00 (vinte e nove mil, quinhentos e dois reais), doados por meio do "Cheque Verde" para APITO – Associação Paulo Tonucci (Camaçari-BA), CEZA - Associação Centro de Ação Comunitária e Filantrópica Zilda Aranha (Camaçari-BA) e, Associação Servos de Kadosh (Dias d'Ávila-BA). Em 2022, os **Voluntários** da Deten deram continuidade em algumas campanhas, como: Campanhas de Doação (material de limpeza, alimentos, óculos e outros donativos), além do incentivo à doação de sangue, com apoio da CIPA e da força de trabalho. Além desses, a DETEN participou de projetos em parceria com o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), que foram realizados de forma virtual: **Ver de Dentro**, **Programa Construindo o Futuro** (informações sobre carreiras técnicas para estudantes das comunidades vizinhas) e **Conselho Consultivo** (reuniões periódicas com representantes das comunidades vizinhas). Em adicional, em 2022 a Deten manteve o apoio ao **Polo Cidadania – COFIC,** realizado nas comunidades circunvizinhas ao Polo Industrial promovendo ações de bem-estar e saúde para os cidadãos. **CERTIFICAÇÕES EM NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS - Certificação ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018**. Em março de 2022, a DETEN submeteu seu Sistema Integrado de Gestão Avançada - SIGA à Auditoria Externa de Recertificação nas normas de qualidade e meio ambiente e saúde e segurança ocupacional. Em dezembro de 2022 obteve a certificação na Norma ISO 50001 – Gestão da Energia. **SPIE (Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos) -** A DETEN foi auditada no período de 29 de novembro a 02 de dezembro de 2022 pelo IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com base nos requisitos da NR-13 e Portarias 537/2015 e 582/2015 do INMETRO. Para a DETEN, o SPIE representa uma elevação da segurança das plantas industriais, sendo prioridade a sua manutenção. **Certificação ISCC PLUS** – Em 2022, a Deten obteve a Certificação ISCC PLUS com o objetivo de verificar os requisitos sustentáveis, a rastreabilidade e balanço de massa de todo o processo produtivo, e constituir um valor agregado para demonstrar aos seus clientes a sustentabilidade dos seus produtos. **Certificação ISO 50001** - Em 2022 a Deten obteve a certificação na Norma ISO 50001 – Gestão da Energia. No dia 30/11/2022 a Deten foi submetida a auditoria externa e com base nos resultados o auditor concluiu que a empresa estabeleceu um Sistema de Gestão de Energia adequado aos requisitos desta norma. **PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS -** Em 2022, recebeu a premiação de **Excelência em SSHMA na Auditoria do Prêmio Polo**. Mais uma vez a Deten se manteve neste patamar. Este resultado demonstra o alinhamento da Empresa com as questões de SSHMA – Segurança, Saúde, Higiene e Meio Ambiente.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	332.132	215.187
Contas a receber	5	241.096	230.199
Estoques	6	302.133	283.772
Tributos a recuperar	7	27.976	15.033
Outros ativos	-	1.786	1.762
Total do ativo circulante		905.123	745.953
Ativo não circulante			
Banco contas vinculadas	-	-	1.758
Estoques	6	16.005	12.698
Tributos a recuperar	7	4.385	2.951
Depósitos judiciais	15	64.083	61.582
Imposto de renda diferido	14.b	-	324
Investimentos	8	430	430
Imobilizado	9	342.763	316.383
Intangível	10	63.674	66.009
Total do ativo não circulante		491.340	462.135
Total do ativo		1.396.463	1.208.088

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores	11	67.681	109.228
Empréstimos e financiamentos	12	16.573	38.377
Bonificações e comissões a pagar	-	19.273	13.830
Obrigações tributárias	-	17.875	23.160
Contribuição social a pagar	15.b	313.169	-
Obrigações trabalhistas	-	15.458	12.777
Dividendos a pagar	16.d	140.000	180.000
Outros passivos	-	21.049	18.194
Total do passivo circulante		611.078	395.566
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	7.898	15.784
Imposto de renda diferido	14.b	945	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	1.647	1.492
Total do passivo não circulante		10.490	17.276
Patrimônio líquido	16		
Capital social		213.056	213.056
Ajuste da avaliação patrimonial		(1.610)	(5.740)
Reservas de lucros		497.876	376.159
Dividendos adicionais propostos		65.573	211.771
Total do patrimônio líquido		774.895	795.246
Total do passivo e patrimônio líquido		1.396.463	1.208.088

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	2.561.578	1.922.696
Custo dos produtos vendidos	18	(1.789.991)	(1.305.511)
Lucro bruto operacional		771.587	617.185
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	19	(88.073)	(72.700)
Despesas administrativas e gerais	20	(24.502)	(22.437)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(8.655)	(9.085)
		(121.230)	(104.222)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		650.357	512.963
Receitas financeiras	22	48.133	19.236
Despesas financeiras	22	(85.225)	(8.826)
Resultado financeiro		(37.092)	10.410
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		613.265	523.373
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14.a	(285.737)	(36.033)
Diferido	14.b	108	1.518
		(285.629)	(34.515)
Lucro líquido do exercício		327.636	488.858
Quantidade de ações (em milhares)		99.327.769	99.327.769
Lucro por ação atribuível aos acionistas - em R$		3,30	4,92

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	327.636	488.858
Outros resultados abrangentes		
Variação do valor justo de item qualificado como hedge de fluxo de caixa e provisão para perda com créditos	5.507	26.423
Imposto de renda diferido – outros resultados abrangentes	(1.377)	(6.606)
	4.130	19.817
Resultado abrangente do exercício	331.766	508.675

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Incentivo fiscal	Reservas de lucros: Reserva especial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Em 1ºde janeiro de 2021		213.056	(25.557)	42.610	67.971	168.491	103.285	-	569.856
Valor justo de item qualificado como hedge de fluxo de caixa e provisão para perda com créditos	-	-	19.817	-	-	-	-	-	19.817
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	488.858	488.858
Destinação do lucro:									
Reservas de lucros	-	-	-	-	97.087			(97.087)	-
Dividendos pagos							(103.285)		(103.285)
Dividendos intermediários	16.d	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)
Dividendos adicionais proposto						-	211.771	(211.771)	-
Em 31 de dezembro de 2021		213.056	(5.740)	42.610	165.058	168.491	211.771	-	795.246
Valor justo de item qualificado como hedge de fluxo de caixa e provisão para perda com créditos	-	-	4.130	-	-	-	-	-	4.130
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	327.636	327.636
Destinação do lucro:									
Reservas de lucros	-	-	-	-	121.717	-	-	(122.063)	(346)
Dividendos pagos							(211.771)		(211.771)
Dividendos intermediários	16.d	-	-	-	-	-	-	(140.000)	(140.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	65.573	(65.573)	-
Em 31 de dezembro de 2022		213.056	(1.610)	42.610	286.775	168.491	65.573	-	774.895

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	613.265	523.373
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa	-		
Depreciação e amortização	9 e 10.a e b	14.628	14.374
Provisão para contingências, líquida	-	155	(500)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	(78.948)	34.497
Lucro ajustado		549.100	571.744
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	-	(10.897)	(97.887)
Estoques	-	(21.668)	(118.331)
Tributos a recuperar	-	35.883	23.091
Depósitos judiciais	-	113	522
Outros ativos	-	(24)	44
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	-	(41.547)	40.472
Obrigações tributárias	-	150.946	96
Outros passivos	-	10.982	3.985
Caixa gerado pelas operações	-	672.888	423.736
Juros pagos	-	(1.750)	(3.644)
Imposto de renda pago	-	(100.943)	(68.077)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		570.195	352.015
Atividades de investimento			
Aplicação financeira – conta vinculada	-	1.758	(78)
Compras de imobilizado	9	(38.562)	(25.182)
Compras de intangíveis	10.a, b e c	(111)	(989)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(36.915)	(26.249)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	12	254.900	158.214
Pagamento de empréstimos e mútuos	12	(279.464)	(170.262)
Pagamento de mútuos	13	-	(67.558)
Dividendos pagos	16.d i e ii	(391.771)	(233.235)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(416.335)	(312.841)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		116.945	12.925
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	215.187	202.262
No final do exercício	4	332.132	215.187
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		116.945	12.925

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos valores adicionados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas	**3.342.493**	**2.731.253**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.342.341	2.731.195
Outras despesas, líquidas	152	58
Insumos adquiridos de terceiros	**2.042.888**	**1.631.852**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.945.802	1.553.441
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	97.376	79.300
Perda (recuperação) de valores ativos	(652)	(1.952)
Outas Constituição/(Reversão) de Provisão	362	1.063
Valor adicionado bruto	**1.299.605**	**1.099.401**
Depreciação e amortização	14.628	14.374
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.284.977**	**1.085.727**
Valor adicionado recebido em transferência	**48.133**	**19.236**
Receitas Financeiras	48.133	19.236
Valor adicionado total a distribuir	**1.333.110**	**1.104.263**
Pessoal	**61.832**	**55.239**
Impostos, taxas e contribuições	**860.624**	**552.246**
Federais	608.957	372.911
Estaduais	249.716	177.429
Municipais	1.951	1.906
Remuneração de capitais de terceiros	**83.018**	**7.920**
Remuneração de capitais próprios	**327.636**	**488.858**
Dividendos	327.636	488.858
Valor adicionado total distribuído	**1.333.110**	**1.104.263**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

1 Informações gerais

A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia e tem como controlador a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total). O outro acionista que detinha ações ordinárias com direito a voto (27,88% do capital total - PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.), vendeu em 05 de julho de 2022 sua participação para a Cepsa Química S.A., única sócia da Petresa Participações Ltda.. A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades. A Companhia é inscrita na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como uma empresa incentivada em função do incentivo fiscal FINOR. As demonstrações contábeis anuais foram aprovadas e autorizadas pela diretoria em 21 de março de 2023. **Impactos da Covid-19 -** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamada Covid-19, alertando todos os países a adotarem ações preventivas para conter a disseminação do vírus e o cuidado com os infectados. Assim, muitos governos, incluindo o Brasil, adotaram medidas restritivas e de isolamento social, que podem causar efeitos na economia global em virtude da paralisação ou desaceleração de diversos setores produtivos. No Brasil, em 20 de março de 2020, o Senado aprovou o Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo estado de calamidade pública, com o objetivo de elevar os gastos públicos para acompanhar e combater a proliferação da doença, além de proteger a saúde da população, os empregos e a economia do país. Foi avaliado que não houve impactos sobre sua geração de caixa no exercício de 2022 e para 2023 não é esperado impacto decorrente da pandemia.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. **a) Base de preparação -** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de passivos financeiros (inclusive instrumentos de hedge) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Conversão de moedas estrangeiras - (i) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nessas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$). **(ii) Transações e saldos -** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a pagar e a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses da contratação, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como «Empréstimos», no passivo circulante. **c) Atividades de *hedge* -** A Companhia adota contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para a proteção da volatilidade da variação cambial em seu resultado. Como objeto de hedge a Companhia designou suas exportações altamente prováveis e como instrumento de hedge a Companhia utilizou seus passivos em moeda estrangeira (Empréstimo com a Cepsa Química S.A .e Banco Itaú S.A.) para fins de proteção da sua exposição cambial. No momento da designação inicial do hedge, a Companhia documenta a relação econômico-financeira entre o instrumento de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo o objetivo de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade e por consequência mensurar a inefetividade da relação. A Companhia faz uma avaliação da relação, avaliando se o instrumento de hedge é eficaz na compensação das variações cambiais dos itens objeto de hedge pelo período para o qual o hedge é designado. A parcela efetiva das variações do fluxo de caixa do instrumento designado como instrumento de hedge é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receitas (despesas) financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos exercícios e rubricas em que o item protegido afetar o resultado. Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido e os custos de hedge acumulados no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. **d) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **(i) *Impairment* -** A Companhia avalia, em base prospectiva, a provisão para perdas de crédito esperadas associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em 2022, foi feito um ajuste de provisão no montante de R$ 137 (R$ 1.287 em 2021). **e) Estoques -** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os itens de almoxarifado são classificados como Ativo não circulante devido ao histórico de utilização. **f) Depósitos judiciais** - Os depósitos judiciais são registrados inicialmente pelo valor justo, ou seja, o valor efetivamente depositado judicialmente, e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na Selic até a data do encerramento do exercício. **g) Tributos a recuperar** - Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregados entre o circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização. **h) Imobilizado -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras e andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, por taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **i) *Impairment* de ativos não financeiros -** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos que não estão sujeitos a amortizações são revisados pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Não houve mudanças ou eventos que indicassem a necessidade de ajustes no ano de 2022. **j) Intangível** - As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • A administração pretende concluir o software e usá-lo; • O software pode ser usado; • Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas anuais apresentada na Nota Explicativa nº 10. **k) Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **l) Empréstimos e financiamentos -** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do Banco do Brasil e Banco Itaú. **m) Provisões para contingências -** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

tributárias) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **n) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não era contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido, até a decisão do STF de 08.02.2023 Nota Explicativa nº 15 **(b)**. O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **o) Subvenções governamentais -** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **p) Outras obrigações - (i) Benefícios pós-emprego -** A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Atualmente, a Companhia possui 48 participantes, sendo todos assistidos. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes dos aumentos ou reduções no valor presente da obrigação do benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência, devem ser reconhecidos integralmente na data das demonstrações contábeis. O regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, assim a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego por um período de tempo específico (período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **q) Participação nos lucros -** A participação dos empregados e administradores no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores estão sujeitos à aprovação de Assembleia Geral Ordinária. **r) Bonificações e comissões a pagar -** As bonificações e comissões a pagar são calculadas de acordo com as condições contratuais que são vinculadas às compras efetuadas pelos clientes, e são contabilizadas pelo regime de competência. A Companhia possui política de bonificações aos seus clientes baseadas principalmente em exclusividade e volume. As bonificações são calculadas com base no preço contratado e no volume de compras realizadas no mês anterior, líquido de devoluções. As bonificações por volume são avaliadas com base nas compras anuais previstas e são registradas no resultado em conta redutora à receita quando o volume atinge a quantidade que dá direito à bonificação. **s) Apuração do resultado -** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. **t) Reconhecimento da receita -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: **(i)** identificação do contrato com o cliente; **(ii)** identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e **(v)** reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(i) Venda de produtos -** A Companhia fabrica e vende matérias-primas para fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral sendo, substancialmente, Linear Alquilbenzeno (LAB) e Ácido Alquilbenzeno Sufônico (LAS). As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia entrega os produtos para os respectivos clientes e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. Quando a Companhia é responsável pela entrega, a receita não é reconhecida até que: **(i)** os produtos tenham sido entregues no local especificado; **(ii)** os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para os clientes; **(iii)** o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e **(iv)** as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(ii) Receita financeira -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **u) Distribuição de dividendos -** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em reunião do Conselho de Administração e/ou Assembleia Geral Ordinária/ Extraordinária. **2.2. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas -** Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas a seguir, já vigentes no exercício de 2022. Alguns pronunciamentos contábeis que sofreram alterações, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes: • Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16); e • Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). As alterações foram avaliadas e adotadas pela administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação. Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas): • Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante (as alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente); • Alterações à IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis (As alterações à IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023); • Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contábeis (as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.); • Alterações à IAS 12 – Contabilização de imposto diferido; • IFRS 17 – Contratos de seguro (a IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.); • Alterações ao CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Custo de cumprimento de contrato – CPC 25; e • Alterações ao CPC 15 – Combinação de Negócios.

3 Estimativas e julgamentos, contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **3.1. Vida útil dos bens do imobilizado** - A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos. **3.2. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido Nota Explicativa nº 15 **(b)**. O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. **3.3. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis** - A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. **3.4. Benefícios pós-emprego** - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: **(i)** à sua necessidade de capital de giro; **(ii)** aos investimentos orçados no plano de negócios; **(iii)** para pagamentos de dividendos; e **(iv)** às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

	2022	2021
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	1.433	1.643
Títulos e valores mobiliários – CDB pós-fixada	330.697	213.542
Total	**332.132**	**215.187**

Em 31 de dezembro de 2022, os CDBs foram remunerados por uma taxa média de 98,98% (98,87% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas ou resgatáveis no prazo de 90 dias da data da aplicação e foram contratadas em condições normais com instituições financeiras, sendo que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado.

5 Contas a receber

	2022	2021
Clientes no país	213.832	195.408
Clientes no exterior	30.592	38.256
Total	**244.424**	**233.664**
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.328)	(3.465)
Total	**241.096**	**230.199**
A vencer	**241.492**	**231.610**
Vencidos		
Até 30 dias	217	83
De 30 a 60 dias	207	69
De 61 a 90 dias	75	1.469
Acima de 90 dias	2.433	-
Acima de 300 dias	-	433
Total	**244.424**	**233.664**

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	**(3.465)**	**(2.178)**
Movimento	137	(1.287)
Saldo final	**(3.328)**	**(3.465)**

6 Estoques

	2022	2021
Produtos acabados	110.287	117.282
Produtos em processo	3.214	2.104
Matérias-primas	95.702	88.491
Almoxarifado **(a)**	34.901	28.135
Importações em andamento **(b)**	35.883	47.733
Adiantamento a fornecedores	11.320	856
Materiais secundários	26.831	11.869
Total	**318.138**	**296.470**
Circulante	302.133	283.772
Não circulante	**16.005**	**12.698**

(a) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por peças de reposições para a unidade fabril, materiais de escritório, entre outros os materiais de proteção e segurança (EPIs). As peças de reposição mantidas no almoxarifado cuja expectativa de consumo supera um (ano) estão classificadas no ativo não circulante. Existem poucos itens identificados como sem utilidade para a Companhia, para os quais foi constituída provisão para perda no valor de R$498 (R$498 em 2021); e **(b)** Refere-se à importação em andamento de matéria prima e peças de reposição. O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R$ 1.789.991 (R$ 1.305.511 em 2021) conforme Nota Explicativa nº 18.

7 Tributos a recuperar

	2022	2021
ICMS	24.691	11.259
Cofins	2.380	2.723
PIS	826	597
IPI	759	2.045
Imposto de renda	538	405
IRRF sobre aplicações financeiras	3.010	892
Outros	157	63
Total	**32.361**	**17.984**
Circulante	27.976	15.033
Não circulante	**4.385**	**2.951**

Saldos de impostos (ICMS, Cofins, PIS, IPI) sobre as compras que serão compensados nas apurações normais do mês subsequente.

8 Investimentos

	2022	2021
Outros investimentos avaliados ao custo	430	430
Total	**430**	**430**

9 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.824**	**19.328**	**246.889**	**169**	**1.583**	**10.430**	**280.223**	**23.272**	**303.495**
Aquisições	-	-	-	-	-	4.645	4.645	20.537	**25.182**
Transferências	-	-	-	-	-	(2.798)	(2.798)	2.798	-
Depreciação	-	(399)	(11.733)	(33)	(120)	(9)	(12.294)	-	**(12.294)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.824**	**18.929**	**235.156**	**136**	**1.463**	**12.268**	**269.776**	**46.607**	**316.383**
Aquisições	-	-	-	-	-	670	670	37.892	**38.562**
Transferências	-	-	10.042	-	66	(728)	9.380	(9.380)	-
Depreciação	-	(397)	(11.632)	(30)	(114)	(9)	(12.182)	-	**(12.182)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.824**	**18.532**	**233.566**	**106**	**1.415**	**12.201**	**267.644**	**75.119**	**342.763**
Custo total	1.824	29.032	521.384	776	4.148	15.529	572.693	**75.119**	**647.812**
Depreciação acumulada	-	(10.500)	(287.818)	(670)	(2.733)	(3.328)	(305.049)	-	**(305.049)**
Total	**1.824**	**18.532**	**233.566**	**106**	**1.415**	**12.201**	**267.644**	**75.119**	**342.763**
Taxas anuais de depreciação - %	-	2	3 a 5	10	3 a 5	Até 2	-	-	-

As obras em andamento correspondem, principalmente a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, cujos prazos de encerramento estão previstos para 31 de dezembro de 2023.

10 Intangível

	Licenças de software (a)	Marcas e patentes	Licença de tecnologia (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**14.962**	**81**	**52.057**	**67.100**
Aquisições	989	-	-	**989**
Amortização	(2.080)	-	-	**(2.080)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**13.871**	**81**	**52.057**	**66.009**
Aquisições	111	-	-	**111**
Transferências	(676)		676	-
Amortização	(2.446)	-	-	**(2.446)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.860**	**81**	**52.733**	**63.674**
Custo total	**31.613**	**81**	**52.733**	**84.427**
Amortização acumulada	(20.753)	-	-	**(20.753)**
Total	**10.860**	**81**	**52.733**	**63.674**
Taxas anuais de amortização - %	**20**	-	-	-

(a) As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados; e **(b)** O saldo classificado como licença para uso de tecnologia refere-se ao custo incorrido com a aquisição de tecnologia industrial para ampliação da capacidade de produção de LAB. Uma vez que **(i)** o contrato de aquisição da licença com terceiros não estabelece prazo para uso da tecnologia; **(ii)** essa tecnologia irá gerar benefícios econômicos futuros por um prazo de tempo indeterminado; e **(iii)** a tecnologia não possui vida útil definida, o ativo intangível reconhecido não está sendo amortizado. A vida útil desse ativo é revisada pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo.

11 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores no país	30.228	28.521
Fornecedores no exterior	56	480
Fornecedores partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	37.397	80.227
Total	**67.681**	**109.228**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Passivo circulante	Encargos financeiros	2022	2021
Moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio **(i)**	U.S. dólar + juros de 1,90% a 6,10% a.a.	8.874	18.497
Banco Itaú **(iii)**	U.S dólar + juros 5,04% a.a.	3.693	15.824
Moeda nacional			
Banco do Brasil **(ii)**	6,5% a.a.	4.006	4.056
Total		**16.573**	**38.377**
Passivo não circulante			
Moeda estrangeira			
Banco Itaú **(iii)**	U.S dólar + juros 5,04% a.a.	-	3.938
Moeda nacional			
Banco do Brasil **(ii)**	6,5% a.a.	7.898	11.846
Total		**7.898**	**15.784**
Total		**24.471**	**54.161**

(i) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia; **(ii)** Em setembro de 2014, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R$ 15.808. As exigibilidades decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025; e **(iii)** Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo junto ao Banco Itaú, no montante de R$ 42.000, equivalente a USD 11.290, com a finalidade de substituir o financiamento contraído do Banco do Nordeste, devido a menor taxa de juros. A última parcela do empréstimo vence em março de 2023. **a) Garantias:** Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 6 de maio de 2019 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Itaú Unibanco S.A.. **b) Cláusulas restritivas financeiras:** • Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia encontrava-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. **c) Capitalização de juros:** A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram capitalizações. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

Circulante	2020	Adição	Amortização	Juros	Variação cambial	Transferência	2021
ACC – Adiantamento de contrato de câmbio	10.527	158.214	(151.314)	14	1.057	-	**18.497**
Banco do Brasil	5.914	-	(3.692)	(269)	-	2.103	4.056
Itaú	14.790	-	(15.255)	(49)	1.941	14.397	15.824
Total	**31.231**	**158.214**	**(170.261)**	**(304)**	**2.997**	**16.500**	**38.377**
Não circulante							
Banco do Brasil	13.949	-	-	-	-	(2.103)	11.846
Itaú	18.335	-	-	-	-	(14.397)	3.938
Total	**32.284**	-	-	-	-	**(16.500)**	**15.784**
Total	**63.515**	**158.214**	**(170.261)**	**(304)**	**2.997**	-	**54.161**

Circulante	2021	Adição	Amortização	Juros	Variação cambial	Transferência	2022
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	18.497	254.900	(261.419)	45	(3.155)	-	**8.868**
Banco do Brasil	4.056	-	(3.692)	(307)	-	3.949	4.006
Itaú	15.824	-	(14.353)	(55)	(1.655)	3.938	3.699
Total	**38.377**	**254.900**	**(279.464)**	**(317)**	**(4.810)**	**7.887**	**16.573**
Não circulante							
Banco do Brasil	11.846	-	-	-	-	(3.949)	7.898
Itaú	3.938	-	-	-	-	(3.938)	-
Total	**15.784**	-	-	-	-	**(7.887)**	**7.898**
Total	**54.161**	**254.900**	**(279.464)**	**(317)**	**(4.810)**	-	**24.471**

Os saldos registrados no passivo não circulante possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
2023	-	7.886
2024	3.949	3.949
2025	3.949	3.949
Total	**7.898**	**15.784**

13 Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo circulante	
	Contas a receber de clientes		Fornecedores		Mútuos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Acionistas e controlada:						
Cepsa Química S.A. **(i)**	23.258	-	36.452	78.930	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. **(iii)**	-	-	945	1.297	-	-
Total	**23.258**	-	**37.397**	**80.227**	-	-

	Transações					
	Vendas de produtos		Produtos acabados adquiridos		Matérias-primas adquiridas	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Acionistas e controlada:						
Cepsa Química S.A. **(i)** e **(ii)**	142.497	113.663	-	-	961.691	610.006
Petróleo Brasileiro S.A. **(iii)**	-	-	-	-	24.561	165.498
Total	**142.497**	**113.663**	-	-	**986.252**	**775.504**

As transações entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. **b) Transações e saldos - (i)** As vendas de produtos estão representadas por transações relativas à venda de ALP – Alquilado Pesado e LAB – Alquilbenzeno Linear. Em produtos acabados adquiridos são apresentadas as transações referentes à aquisição de LAB – Alquilbenzeno Linear e em matérias-primas são apresentadas as transações referentes à aquisição de Normal Parafina da Cepsa Química S.A. (controladora indireta), utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. **(ii)** Referente a empréstimo da controladora Cepsa Química S.A., como fonte complementar de recursos para a ampliação da unidade de produção de LAB, com prazo para pagar de cinco anos, sendo dois de carência, em USD, com juros a LIBOR três meses + 2,56 % a.a., pagos trimestralmente. A primeira parcela venceu em 24/04/2018 e a última foi paga em 30/09/2021. No ano de 2021 não ocorreu capitalização. O total pago do empréstimo em 2021 foi R$67.558. **(iii)** Referente à aquisição de Normal Parafina e Enxofre da Petróleo Brasileiro S.A., utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. **c) Remuneração do pessoal-chave da administração -** O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do Comitê de Administração. A remuneração paga por serviços do pessoal-chave no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 3.043 (R$2.133 em 2021). Adicionalmente, foram pagos aos diretores valores a título de participação nos resultados, no montante de R$ 240 (R$ 669 em 2021) que estão apresentados na rubrica de participação dos empregados e administradores nos resultados na demonstração do resultado. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos na legislação trabalhista vigente no Brasil.

14 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social - Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação à alíquota nominal:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**613.265**	**523.373**
A alíquota fiscal de 34% **(i)**	(407.722)	(130.843)
Adições Permanentes	(113)	(196)
Exclusões permanentes e outros	(22)	(1.597)
PAT e Licença-maternidade	165	156
Incentivo fiscal (Nota Explicativa nº 16 **(c)**)	122.063	97.965
Total	**(285.629)**	**(34.515)**

(i) Em função da decisão do STF no julgamento de Recursos Extraordinários com Repercussão Geral, de 08 de fevereiro de 2023, a Companhia revisou a probabilidade de perda dos processos em andamento, desde 2007, quando a contribuição social se tornou constitucional, e constituiu provisão para os mesmos neste exercício, em montante estimado de R$ 313.169 (Principal R$ 235.053 e Juros R$ 78.116). O impacto no caixa da Companhia dependerá dos desfechos dos processos em andamento, que se encontram em diversas fases processuais. Nota Explicativa nº 15 **(b). Imposto de renda diferido -** O imposto de renda diferido é calculado sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. A alíquota desse imposto, definida atualmente para determinação dos tributos diferidos, é de 25%. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

	2022	2021
Imposto de renda diferido ativo	8.394	9.035
Imposto de renda diferido passivo	(9.339)	(8.711)
Imposto de renda diferido (líquido)	**(945)**	**324**

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	**5.412**
Provisão para perda com almoxarifado (e outros)	471
Atualização de depósitos judiciais	(212)
Provisão *cut off* (efeito líquido)	1.454
Provisão contingências trabalhistas	(195)
Reversão de resultados abrangentes	(6.606)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**324**
Provisão para perda com almoxarifado (e outros)	(110)
Atualização de depósitos judiciais	(629)
Provisão *cut off* (efeito líquido)	773
Provisão contingências trabalhistas	74
Reversão de resultados abrangentes	(1.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(945)**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Ativo de imposto diferido	Saldos em 2020	Efeito no resultado	Efeito ORA	Saldos em 2021	Efeito no resultado	Efeito ORA	Saldos em 2022
Provisão para créditos esperados	**320**	-	-	320	-	-	**320**
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**339**	(195)	-	144	74	-	**218**
Provisão para honorários advocatícios	**2.974**	-	-	2.974	-	-	**2.974**
Ajuste a valor presente	**95**	471	-	566	(110)	-	**456**
Provisão *cut off* (efeito líquido)	**1.500**	1.454	-	2.954	773	-	**3.727**
Efeito de imposto sobre hedge *accounting*	**8.513**	-	(6.606)	1.907	-	(1.377)	**530**
Outros	**169**	-	-	169	-	-	**169**
Total	**13.910**	**1.730**	**(6.606)**	**9.034**	**737**	**(1.377)**	**8.394**
Passivo de imposto diferido							
Atualização dos depósitos judiciais	**(8.498)**	(212)	-	(8.710)	(629)	-	**(9.339)**
Total	**(8.498)**	**(212)**	**-**	**(8.710)**	**(629)**	**-**	**(9.339)**
Total imposto diferido (líquido)	**5.412**	**1.518**	**(6.606)**	**324**	**108**	**(1.377)**	**(945)**

15 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como vem discutindo questões nas esferas administrativas e judiciais referentes a processos trabalhistas e cíveis. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2022 mantém provisão para perdas prováveis com estes processos, em montantes considerados suficientes e mantém ainda depósitos judiciais para fazer face a requerimentos judiciais, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Cíveis e trabalhistas	**1.502**	1.295	**252**	100
IPI e Imposto sobre importação ("II") sobre importações de catalisadores **(a)**	**498**	732	**107**	104
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido **(b)**	**50.382**	48.460	**313.169**	-
PIS LC 07/70 **(c)**	**10.974**	10.415	**-**	-
PIS e Cofins Lei nº 12.859/13	**-**	-	**1.288**	1.288
IPTU **(d)**	**727**	680	**-**	-
Total	**64.083**	**61.582**	**314.816**	**1.492**
Circulante	**-**	-	**313.169**	-
Não circulante	**64.083**	**61.582**	**1.647**	**1.492**

(a) IPI e II sobre importações de catalisadores - A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior. Nesse sentido, efetuou depósitos judiciais dos valores devidos. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, mantém provisão de R$104 (R$104 em 2021), equivalente ao valor estimado de perda neste processo e depósito judicial no montante de R$562 (R$732 em 2021). **(b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -** Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da CSLL. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia e lavrou Autos de Infração no montante de R$58.604, acrescidos de multa e juros. A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R$16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em 1ª instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso. Em 13 de junho de 2007, 16 de fevereiro de 2009 e 21 de junho de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, 2005 a 2007 e 2008, respectivamente, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foram lavrados Autos de Infração no montante de R$46.611, R$46.929 e R$11.403, respectivamente, cujo montante acrescido de multa isolada e juros, totaliza R$104.943. No 2º semestre de 2010, os Recursos promovidos pela União relativos às autuações dos exercícios fiscais de 1997 e 1998, bem como a Apelação do Mandado de Segurança foram julgados favoráveis para a Companhia pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (2ª Instância), contudo a União interpôs Recurso de Embargos de Declaração no processo do Mandado de Segurança, o qual foi negado provimento por unanimidade pelo TRF. Em 24 de outubro de 2012 a União interpôs o Recurso Especial e Recurso Extraordinário, e a Companhia apresentou suas contra razões, pendentes de apreciação pelos respectivos Tribunais. Em 26 de outubro de 2012, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais 2009 e 2010, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R$13.167, incluindo apenas os juros de mora. Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2011 a 2013, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R$32.895, incluindo apenas os juros de mora. Em 19 de setembro de 2019, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2014 e 2015, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R$29.766, incluindo apenas os juros de mora. Em 03 de dezembro de 2021, a Companhia foi mais uma vez autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2016 a 2018, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R$36.143, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2019 e 2020, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Baseados na existência de decisão transitada em julgado favorável à Companhia, declarando a inconstitucionalidade da CSLL para o ano do ajuizamento da ação e para o futuro, bem ainda no fato de a União não ter intentado com Ação Rescisória e de a empresa ter obtido decisão judicial em mandado de segurança preventivo, obstando a cobrança da CSLL pela Fazenda Pública, porque amparada por decisão transitada em julgado, compreendiam os assessores jurídicos externos não ser provável o risco de perda e, portanto, a desnecessidade de realizar o provisionamento para pagamento futuro. Esse entendimento foi ratificado em 2012 quando o STJ decidiu em RESP Repetitivo que a decisão do STF proferida na ADI n.15, declarando a constitucionalidade da CSLL, não afetava a coisa julgada obtida pelas empresas contribuintes. Em 1º de fevereiro de 2023 o STF deu início ao julgamento de Recursos Extraordinários com Repercussão Geral, tendo o Plenário concluindo o julgamento sobre o mérito, em 08 de fevereiro de 2023, no sentido de declarar que a decisão proferida na ADI n.15 tinha efeitos erga omnis desde o seu julgamento, no ano de 2007, razão pela qual os efeitos da coisa julgada teriam cessado naquele momento. O Plenário rejeitou a modulação inicialmente pretendida pelos Ministros Fachin e Barroso, de que a decisão do STF teria eficácia a partir da Ata de Julgamento dos RE's. Prevaleceu, por 6 votos a 5, a nova proposta de modulação do Ministro Barroso, no sentido de que deveria ser observado o prazo nonagesimal das contribuições, a partir da decisão proferida na ADI n. 15, como se tratasse de um novo tributo. Essa decisão, que teve sua Ata de Julgamento publicada no dia 12/02/2023, não teve ainda o acórdão publicado, estando anunciado pelas partes e amigos da Corte que será objeto de embargos de declaração visando a obter um novo pronunciamento sobre a modulação. Em função da decisão mencionada anteriormente, a Companhia revisou a probabilidade de perda dos processos em andamento, desde 2007, constituindo provisão para os mesmos neste exercício, em montante estimado de R$ 313.169 (sendo R$ 235.053 de principal e R$ 78.116 de atualização monetária). O impacto no caixa da Companhia dependerá dos desfechos dos processos em andamento, que se encontram em diversas fases processuais. **(c) PIS LC 07/70 -** Refere-se, basicamente, a depósito judicial efetuado em 28 de novembro de 2008, no montante de R$4.910, como garantia no processo de Embargos de Execução impetrado pela Secretaria da Receita Federal, referente às cobranças de diferenças no recolhimento de PIS (Decretos Lei nºs 2.448 e 2.449/98 versus LC 07/70) do período de março de 1993 a dezembro de 1996. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do depósito judicial atualizado é de R$10.974 (R$10.415 em 2021). **(d) IPTU -** Refere-se a depósito para garantir a discussão judicial com a Prefeitura Municipal de Camaçari em decorrência de reajuste do IPTU aplicado por aquela prefeitura. Encontram-se ainda em andamento ações indenizatórias de natureza cível, trabalhista e tributária movidas contra a Companhia, que de acordo com a avaliação dos seus assessores jurídicos deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações aproximadamente R$42.313 (R$4.356 em 2021) desfecho é avaliado como possível, tornando desnecessária uma provisão.

16 Patrimônio líquido

a) Capital social - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 213.100. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$213.056 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, representado da seguinte forma (em lotes de mil ações):

	Quantidade de ações
Ações ordinárias	96.973.174
Ações preferenciais classe "A"	33.929
Ações preferenciais classe "B"	2.320.666
Total	**99.327.769**

Não houve movimentação de ações no exercício e, dessa forma, o lucro básico e diluído por ações é igual. As ações da Companhia não possuem valor nominal. **b) Direitos das ações -** As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano, sobre o seu respectivo valor unitário. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo. Após o pagamento dos dividendos às ações ordinárias, igual ao dividendo prioritário pago às ações preferenciais Classes "A" e "B", as ações Classe "A" participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição do lucro remanescente e na distribuição de ações resultantes de reservas ou lucros. É assegurada a prioridade no reembolso do capital às ações preferenciais Classe "A", no caso de dissolução da Companhia. **c) Reserva de lucros - Incentivo fiscal:** O saldo existente em 2018, corresponde ao incentivo fiscal de 12,5% sobre os resultados nos anos de 2009 a 2013. Em dezembro de 2019, a Companhia obteve Laudo da Sudene e Ato Declaratório da Receita Federal reconhecendo o direito ao incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda, calculados sobre os resultados das produções e vendas de até 230.000 toneladas de LAB (Alquilbenzeno Linear), 120.000 toneladas de LAS (Ácido Linear Alquilbenzeno Sulfônico) e 10.344 toneladas de ALP (Alquilado Pesado), para os anos de 2019 a 2028, devido ao processo de ampliação e modernização total de suas unidades de produção. O valor do incentivo relativo ao ano de 2022 corresponde a R$ 122.063 (R$ 97.087 em 2021), o qual incrementou o resultado do período e posteriormente foi transferido para Reserva de Incentivo Fiscal. **Legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal constituída é de R$42.610, já sendo atingido o limite legal para esta reserva.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

d) Dividendos - Os dividendos pagos e propostos são demonstrados como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**327.636**	**488.858**
Subvenção – Incentivo fiscal	(122.063)	(97.087)
Base de cálculo dos dividendos	205.572	391.771
Dividendos intermediários/mínimos obrigatórios:		
Intermediário superior ao mínimo obrigatório (25%)		
Ações ordinárias	139.652	179.638
Ações preferenciais Classe "A"	49	63
Ações preferenciais Classe "B" **(i)**	299	299
Total	**140.000**	**180.000**
% sobre a base de cálculo dos dividendos	**27**	**46**
Dividendos propostos, por lote de mil ações:		
Ações ordinárias – R$ 2,1160 (2021 - R$ 4,0355)	205.202	391.335
Ações preferenciais classe "A" R$ 2,1160 (2021 - R$ 4,0355)	72	137
Ações preferenciais classe "B" R$ 0,128 (2021 - R$ 0,128)	299	299
Total	**205.573**	**391.771**
% sobre a base de cálculo	**100**	**100**
Dividendos a pagar	140.000	180.000
Dividendos adicionais propostos	**65.573**	**211.771**

(i) Essa classe de ação faz jus apenas aos dividendos mínimos, conforme estatuto. A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais, em 2022, no montante de R$ 65.573 (R$ 211.771 em 2021), registrados no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva posterior em ata de Assembleia Geral. O dividendo intermediário (superior ao mínimo obrigatório) correspondente ao exercício corrente foi lançado no passivo circulante no montante de R$ 140.000 (R$ 180.000 em 2021). Durante o exercício corrente, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento do montante de R$211.771, proposto como dividendo adicional em 2021. **(ii)** Em 2022, foram pagos dividendos no valor de R$ 391.771 referente ao ano de 2021 (R$233.235 em 2021).

Movimentação:	2022	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	**180.000**	**129.949**
Dividendos intermediários/superior ao mínimo obrigatório (25%)	140.000	180.000
Dividendos propostos	211.771	103.285
Dividendos pagos	(391.771)	(233.234)
Saldo final em 31 de dezembro	**140.000**	**180.000**

17 Receita operacional líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Vendas brutas de produtos		
Mercado interno	3.090.716	2.566.249
Mercado externo	256.057	167.194
Impostos sobre vendas	(674.941)	(693.966)
Devoluções e bonificações	(110.254)	(116.781)
Receita líquida de vendas	**2.561.578**	**1.922.696**

18 Custo dos produtos vendidos

	2022	2021
Custo variável	(1.694.807)	(1.212.911)
Custo fixo	(95.184)	(92.600)
Total	**(1.789.991)**	**(1.305.511)**

19 Despesas com vendas

	2022	2021
Frete sobre vendas	(74.051)	(61.111)
Armazenagem	(6.768)	(5.226)
Despesas comerciais	(5.664)	(4.582)
Outras despesas	(1.590)	(1.781)
Total	**(88.073)**	**(72.700)**

20 Despesas administrativas e gerais

	2022	2021
Gastos com pessoal	(12.369)	(11.103)
Serviços advocatícios	(847)	(611)
Viagens e hospedagens	(169)	(76)
Serviços de processamento de dados	(3.825)	(3.624)
Segurança patrimonial	(1.168)	(975)
Manutenção elétrica	(172)	(111)
Publicação em jornais	(310)	(278)
Serviços de assistência técnica para software	(827)	(1.145)
Auditoria e consultoria	(560)	(449)
Serviços de conservação e limpeza	(305)	(233)
Inspeção e análise de logística	(201)	(75)
Marketing	(89)	(88)
Contribuições e doações	(279)	(696)
Outros	(3.381)	(2.973)
Total	**(24.502)**	**(22.437)**

21 Outras despesas operacionais, líquidas

	Notas	2022	2021
Honorários dos administradores	13.b	(3.043)	(2.133)
Depreciações e amortizações	9 e 10	(2.631)	(2.368)
Participação dos empregados e administradores nos resultados	-	(3.424)	(5.532)
Outros	-	443	948
Total		**(8.655)**	**(9.085)**

22 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	27.767	5.900
Receitas de juros **(a)**	846	7.764
Variação monetária ativa	15.827	877
Variação cambial ativa	3.693	4.695
Total	**48.133**	**19.236**
Despesas financeiras		
Variação monetária passiva **(b)**	(78.121)	(17)
Variação cambial passiva	(2.357)	(3.530)
Despesas de juros	(4.747)	(5.279)
Total	**(85.225)**	**(8.826)**

(a) Recebimento de reservas excedente do fundo de Pensão de Benefício Definido, que foi encerrado pelas empresas mantenedoras em 2021 (R$7.147) e receitas com juros recebidos de clientes; e **(b)** Juros SELIC sobre CSLL de outubro de 2007 a dezembro de 2021, em função da decisão do STF de 08 de fevereiro de 2023.

23 Entidade de Previdência Privada

Fundo Multipatrocinado IHPREV - A Companhia contribui para um plano de benefícios previdenciários de contribuição definida a seus empregados, o qual é administrado pelo Fundo Multipatrocinado IHPREV ("IHPREV") e mantém um plano na modalidade de benefício definido saldado, sendo vedadas novas adesões. A IHPREV tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Oficial. Para consecução de seus objetivos a IHPREV recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. As contribuições da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R$2.340 (R$2.418 em 2021). Conforme disposição estatutária da IHPREV, até 1997 as empresas patrocinadoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratadas pela IHPREV com seus participantes e dependentes, calculados atuarialmente. Conforme Regulamento do Novo Plano de Previdência, a Companhia continuava com as obrigações inerentes ao antigo plano de benefícios para os participantes assistidos (48 funcionários). Entretanto, em 2021, a Companhia e demais patrocinadoras do antigo plano, em acordo com os assistidos decidiram encerrar o referido plano, cujos assistidos migraram para outro plano. No Novo Plano de Contribuição Definida não existe essa obrigação (175 funcionários). Os planos de benefícios previdenciários foram avaliados atuarialmente e as principais premissas atuariais utilizadas (expressas por médias ponderadas) são demonstradas conforme segue:

	2022	2021
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Plano BD 0,00% e Plano CD 9,37%	Plano BD 0,00% e Plano CD 8,20%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Plano BD 0,00% e Plano CD 9,37%	Plano BD 0,00% e Plano CD 8,20%
Aumentos salariais futuros (N/A para plano BD)	3,25%	3,10%
Aumentos futuros de benefícios (N/A para o plano CD)	0,00%	0,00%

Os valores justos, não auditados, dos ativos do plano, no montante de R$0 (zero) em 2021 para o plano BD e de R$941 (R$869 em 2021) referente ao plano CD foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes em 31 de dezembro de 2022, ou quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontado a valor presente. Com base no parecer do atuário independente, no que tange ao plano CD foi apurado ativo atuarial, determinado pelo Método do Crédito Unitário Projetado, no montante de R$669 (R$618 em 2021), conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Ativo líquido de benefício definido/(passivo)	669	618
Valor presente da obrigação atuarial	(28)	(33)
Valor justo dos ativos do plano	941	869
Superávit do plano	913	836
Mudança no efeito do limite do ativo	**(244)**	**(218)**

Custo de benefício definido	2022	2021
Custo de serviço corrente	18	15
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(51)	(27)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	(18)	(4)
Custo do benefício definido	**(51)**	**(17)**

Outros resultados abrangentes	2022	2021
(Ganhos)/perdas atuariais de evolução do passivo	(25)	4
(Ganhos)/perdas atuariais de alterações de hipóteses	(1)	(4)
(Ganhos)/perdas atuariais que surgiram no período	-	-
Rendimento sobre os ativos do plano (maior)/menor que a taxa de desconto	(1)	14
Mudança no superávit irrecuperável	8	(19)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	**(19)**	**(4)**

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos e o referido plano foi encerrado em 2021. Até a presente data, as demonstrações contábeis da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits.

24 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, por meio da contratação de seguros na modalidade "all risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	50.000
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes (US$ 834 mil)	4.349.214
Responsabilidade civil administradores e diretores	45.000
Veículos	330
Garantia Judicial	43.849
Total	**4.488.393**

25 Gestão de risco financeiro

25.1. Fatores de risco financeiro - A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis. Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **a) Risco de mercado - Risco de taxa de câmbio:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ativos e passivos líquidos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R$ 30.592 e R$ 49.075 (R$ 38.256 e R$ 114.211 em 2021), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data. **b) Risco de crédito -** A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa e depósitos em bancos são administrados pela Companhia de forma a manter ativos apenas em instituições financeiras renomadas. **c) Risco com taxa de juros -** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de sua volatilidade. A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes de caixa indexada à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no informe do Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2022, indicaram uma taxa mediana (Top 5) efetiva da SELIC estimada em 11,75%, cenário provável para o ano de 2022, ante a taxa atual de 13,75%. Os números atuais e projetados da Selic representam as medidas econômicas adotadas pelo governo federal que visam conter a inflação no país. **d) Risco de liquidez -** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósito a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, selecionando instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha aplicações em Certificado de Depósitos Bancários ("CDBs") de curto prazo no montante de R$330.697 (R$ 213.542 em 2021), e se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros -** Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento e deterioração de 25% (cenário II) e aumento e deterioração de 50% (cenário III) da variável do risco considerado.

Risco taxa de juros

Instrumento/operação	CDI provável	Efeito: Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	13,75%	45.471	56.839/34.103	68.206/22.735
Efeito total líquido		**45.471**	**56.839/34.103**	**68.206/22.735**

Risco cambial

Instrumento/operação	Dólar provável	Efeito: Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Clientes/Add a fornecedores no exterior	5,25	117	7.794/(7.561)	15.471/(15.238)
Empréstimos e financiamentos - ACC	5,25	(48)	(3.201)/3.106	(6.355)/6.259
Efeito total líquido		**69**	**4.593/(4.455)**	**9.116/(8.979)**

25.2. Instrumentos financeiros por categoria

Instrumentos financeiros	Custo amortizado 2022	2021
Ativos:		
Contas a receber	241.096	230.199
Caixas e equivalentes de caixa	332.132	215.187
Bancos conta vinculada	-	1.758
Depósitos judiciais	64.083	61.582
Total	**637.311**	**508.726**

Instrumentos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado 2022	2021
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	24.471	54.161
Fornecedores e outras obrigações	51.333	47.194
Fornecedores partes relacionadas	37.397	80.228
Total	**113.201**	**181.583**

25.3. Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	24.471	54.161
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(332.132)	(215.187)
Dívida líquida	(307.661)	(161.026)
Patrimônio líquido	1.088.065	795.246
Total do capital	**780.404**	**634.220**
Índice de alavancagem financeira - %	**-39,42**	**-25,39**

25.4. Hedge *accounting* - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía hedge de fluxo de caixa para a proteção da variação do risco de taxa de câmbio de empréstimos. A Companhia, correlacionará a variação do seu objeto de hedge para proteger a exposição ao Dólar decorrente dos empréstimos e recebíveis em moeda estrangeira. O impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólares derivados destas exportações altamente prováveis será compensado com a variação cambial dos passivos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado com essa variável do câmbio. O instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2022, corresponde a R$ 3.693, e a parcela efetiva da variação cambial de empréstimo designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa, reconhecida no patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", corresponde a R$ 1.610.

Conselho de administração

Paloma Alonso Casillas
Presidente

José María Cuadro Sáez

Salvador García Claros

Diretoria

Jorge Francisco Velasco Lopez
Diretor Geral

Controller

Silvio Roberto Romão da Silva
CRC-BA nº 19.522/O-8 - TC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros
da **Deten Química S.A.**
Camaçari – BA

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Deten Química S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria no exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Ausência de recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - A Companhia não efetua o recolhimento dos valores referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), uma vez que considera ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da referida contribuição. Contudo, a Secretaria da Receita Federal (SRF) argumenta que a sentença transitada em julgado não resguarda a Companhia. Neste contexto, a Companhia recebeu autuações referentes aos exercícios fiscais de 1997 a 2020, pelo não recolhimento da CSLL, que montam em R$524.000 mil atualizados em 31 de dezembro de 2022. A Companhia vem realizando depósitos judiciais no âmbito dos referidos processos os quais totalizavam R$50.382 mil em 31 de dezembro de 2022. Contudo, em 08 de fevereiro de 2023, houve a "Atribuição dos Efeitos da Coisa Julgada" pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF), determinando que sentenças consideradas definitivas podem ser alteradas e com base nisso, em 13 de fevereiro de 2023, a CVM emitiu a Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP com orientações sobre os aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal sobre algo julgado em matéria tributária. O referido Ofício Circular refere-se à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual decisão transitada em julgado, denominada "coisa julgada" sobre tributos recolhidos continuamente (cuja arrecadação é renovada periodicamente), perde seus efeitos se o Tribunal decidir no artigo direção oposta. Mesmo perante o entendimento dos advogados externos, os quais não classificam a probabilidade de perda como provável, a Companhia seguindo a orientação do ofício circular da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) reconheceu a provisão passiva no montante de R$313.169 mil em 31 de dezembro de 2022, referente ao período de 2007 a 2022, em função da constitucionalidade da CSLL.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(i)** obtenção da documentação suporte original relacionada a sentença judicial transitada em julgado; **(ii)** obtenção dos relatórios dos assessores jurídicos externos da Companhia, contendo o posicionamento com relação a probabilidade de perda do processo judicial em curso; **(iii)** envolvimento dos nossos especialistas tributários para nos auxiliar na análise do processo em andamento; **(iv)** validação da existência e atualização dos depósitos judiciais relacionados ao assunto; e **(v)** avaliação das divulgações sobre o assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo relacionado à contribuição social sobre o lucro líquido, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que o procedimento adotado pela administração, assim como os respectivos registros e divulgações na Nota Explicativa nº 15(b), são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos - **Demonstrações do valor adicionado -** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

João Henrique Schenk
Contador CRC 1SP-202.127/O-8

Grant Thornton